



CONGRESSO

Câmara turbinou MP de moradia para policiais

Medida provisória que cria programa destinado a integrantes das forças de segurança é aprovada na Casa com a inclusão de agentes de trânsito e socioeducativos. Texto segue, agora, para o Senado, onde tem de ser votado até o próximo dia 21

» CRISTIANE NOBERTO

A Câmara aprovou a medida provisória que cria o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Habite Seguro). A Casa já tinha avaliado, na quarta-feira, o texto-base e, ontem, rejeitou os oito destaques. A matéria segue, agora, para o Senado, onde precisará ser avaliada até o dia 21, caso contrário, a MP perderá a validade.

Além dos profissionais de segurança, os deputados incluíram como contemplados no programa os agentes socioeducativos e de trânsito e os policiais legislativos.

Os valores para subsidiar a casa própria dos beneficiados sairão do Fundo Nacional de Segurança Pública. O financiamento poderá ser pago em parcelas máximas de R\$ 2,1 mil em até 450 meses (35 anos). Nas contas do relator, deputado Coronel Tadeu (PSL-SP), entre 2022 e 2023, serão utilizados cerca de R\$ 100 milhões, por temporada, para bancar parte das parcelas dos financiamentos.

A MP aponta como requisito necessário ter, no mínimo, três anos de exercício no cargo público e atender às condições do agente financeiro para realizar o financiamento. Os parlamentares retiraram do texto, porém, a obrigatoriedade de ter o “nome limpo” para ter acesso ao programa.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou ter pedido para ser o relator do texto na Casa. “Quero relatar essa matéria para

Nilson Bastian/Câmara dos Deputados



Sessão na Câmara: deputados retiraram trecho que exigia “nome limpo” para acesso ao financiamento

aprovar o mais rápido possível. Com certeza, será votada no prazo normal. Vou pedir, na próxima reunião de líderes, uma certa urgência”, disse. Na avaliação dele, a MP será aprovada sem nenhum problema, “até para que não tenha de voltar à Câmara, pois não podemos deixá-la caducar”.

Outro que acredita na celeridade da aprovação é o senador e presidenciável Alessandro Vieira

(Cidadania-SE). Segundo o senador, a matéria não deve encontrar tanta resistência na Casa e poderá receber aval mais rápido do que na Câmara.

Abrangência

Na avaliação de Vieira, outras categorias poderiam ser incluídas. “O ideal é sempre ter um programa mais abrangente. Esse

tema, especificamente, é uma demanda já de muitos anos e com atendimento específico por interesse de pauta eleitoral do próprio presidente”, disse. “É fato ser necessário cuidado para que o policial tenha uma qualidade melhor, garantir a segurança da família, mas é importante não ter uma distorção excessiva. Vamos acompanhar com os colegas a construção do texto, e acredito

que vai ser aprovado sem maiores dificuldades”, frisou.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também é otimista com relação ao trâmite tranquilo da MP na Casa. “Ninguém é contra fazer um sistema de habitação para os policiais. Sabemos que, pela situação deles, conforme os locais em que moram, são alvo fácil, pois, dependendo do lugar, quem manda lá dentro, às

vezes, é o narcotráfico. Tudo isso é verdadeiro, assim como todos os outros (categorias) merecem”, destacou. “Essa tese de incluir outros setores, não é ser contra, é ser a favor daqueles que estão sendo excluídos. Não seríamos contra você ter um sistema de ampliar esse tipo de residência para outros setores. Mas é um debate que começa agora, e vamos ver o que dá para ampliar.”

Saiba mais

Aceno de Bolsonaro

Lançado em setembro, o Habite Seguro serviu como mais um aceno do presidente Jair Bolsonaro aos militares estaduais. Para 2022, o governo destinou R\$ 100 milhões ao programa e pretende contemplar 10 mil profissionais da segurança pública. O valor máximo do imóvel a ser financiado será de R\$ 300 mil, e o subsídio varia conforme a faixa de renda. Entre as emendas rejeitadas, estava uma que visava ampliar o programa para profissionais da saúde na linha de frente do combate à covid-19 e outra que dava aos governos estaduais e municipais a responsabilidade pelo cadastro e a seleção dos profissionais da segurança.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Melhor legalizar o lobby e fazer tudo às claras no Congresso

Uma das características da política em Brasília é o fato de que o outro lado do balcão não muda muito em matéria de lobbies no Congresso. O que muda é a composição da Câmara e do Senado, a cabeça de quem manda na pauta das duas Casas e a correlação de forças a favor e/ou contra os interesses em jogo. Nos bastidores, os lobistas que atuam a favor desses interesses são muito conhecidos. Quando são flagrados fazendo coisa errada, são rapidamente substituídos por outros.

Há todo tipo de lobistas. Os mais sérios atuam com competência na discussão de mérito e na articulação política. Os bandidos engratados são os que operam as malas da propina. Como não há regulamentação da prática de lobby, todos acabam estigmatizados pela opinião pública. Por isso, talvez a mãe de todas as prioridades do Centrão deveria ser a regulamentação do lobby, como acontece nos Estados Unidos e muitos países da Europa. Haveria mais responsabilidade e

transparência na tramitação das propostas.

O sociólogo alemão Max Weber, na célebre palestra *A política como vocação*, divide os políticos em duas categorias: os que vivem para a política e os que vivem da política. Na primeira categoria estão aqueles que veem a política como bem comum, ou seja, não são financeiramente remunerados pelos projetos que votam em favor de interesses privados ou corporativos. Na segunda, os que têm a política como verdadeiro negócio, na acepção da palavra, pois se beneficiam financeiramente das leis que aprovam. Muitas vezes são empresários do ramo ou agentes remunerados diretamente pelo engajamento em projetos empresariais. O Centrão é formado por parlamentares que veem a política como negócio.

Todos são políticos profissionais, mas há uma diferença na sutil entre ser remunerado com um salário de parlamentar ou ter esse salário multiplicado

pelo fato de representar grandes interesses privados. A existência de salário é a forma encontrada para garantir a sobrevivência de quem defende o bem comum. Entretanto, no Brasil, todos os políticos dizem representar o bem comum, embora não seja isso que acontece muitas vezes, na prática. O bem comum geralmente é difuso e universal, tem apoio social disperso na sociedade. O negócio, não. É focado numa atividade econômica, num determinado espaço geográfico ou num segmento da sociedade. Seu lobby é mais concentrado e direcionado. A regulamentação do lobby, para uns e para outros, possibilitaria mais transparência e paridade de meios de atuação entre os que defendem os interesses públicos e os agentes dos interesses privados nos bastidores da nossa política.

Regras do jogo

Por exemplo, vejamos a pauta anunciada pelo ministro da Casa

TODOS SÃO POLÍTICOS PROFISSIONAIS, MAS HÁ UMA DIFERENÇA NADA SUTIL ENTRE SER REMUNERADO COM UM SALÁRIO DE PARLAMENTAR OU TER ESSE SALÁRIO MULTIPLICADO PELO FATO DE REPRESENTAR GRANDES INTERESSES PRIVADOS

Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), de comum acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Não é nenhuma novidade para quem acompanha a vida do Congresso, muitos projetos dormem nas gavetas da mesa da Câmara ou das comissões há anos, mas, agora, existe uma conjunção zodiacal que favorece a aprovação dessas matérias até então consideradas prejudiciais à sociedade, à economia popular, à saúde pública, aos direitos humanos ou ao meio ambiente.

Como aconteceu na quarta-feira, com a nova Lei do Agronegócio. Os deputados ligados ao agronegócio, muitos deles fazendeiros, articularam a aprovação trocando apoio com outros segmentos interessados em matérias dessa “pauta suja”, como a chamada “bancada da bala”, interessada na liberação da venda e compra de armas e na chamada

“exclusão de ilicitude”, que legitima a violência policial indevida.

Com apoio do presidente Jair Bolsonaro, a “bancada da bala”, da qual seu clã faz parte, nunca teve tanto poder. Os lobistas das indústrias de armamento circulam à vontade nos corredores do Congresso. Nas redes sociais, têm forte apoio de atiradores, milicianos, caminhoneiros, fazendeiros, garimpeiros, grileiros, os embrutecidos e violentos de um modo geral.

Essa aliança entre o agronegócio e a “bancada da bala” não é nova, mas nunca teve tanta influência na pauta de votação do Congresso, em razão dos acordos feitos por Lira para se eleger presidente da Câmara. O esquema se reproduz com os políticos ligados às grandes empresas interessadas no novo marco da mineração, na flexibilização do licenciamento ambiental, no fim

da demarcação das terras indígenas e na PEC dos Combustíveis, para citar o que o Congresso deve debater nas próximas semanas.

Existe uma Associação Brasileira de Relações Institucionais Governamentais (Abrig), que reúne executivos das principais empresas do país, e luta pela regulamentação do lobby faz algum tempo. Na cartilha da entidade, a atividade é conceituada como aquela “por meio da qual os atores sociais e econômicos impactados por proposições legislativas (Parlamento), por políticas públicas (Executivo), por demanda da sociedade civil organizada (terceiro setor) e/ou pelo mercado (consumidores) fazem chegar aos tomadores de decisões estratégicas (privado) e políticas (autoridades) a sua visão sobre a matéria”. Que isso seja feito com transparência e regras claras.